



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS (CCBSA)
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ADRIANO RIBEIRO DE CASTRO

**DO PRAGMATISMO À ALIANÇA QUESTIONÁVEL:
REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO A
ISRAEL NA ERA BOLSONARO**

JOÃO PESSOA

2024

ADRIANO RIBEIRO DE CASTRO

**DO PRAGMATISMO À ALIANÇA QUESTIONÁVEL:
REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO A
ISRAEL NA ERA BOLSONARO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo.

JOÃO PESSOA – PB

2024

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C355p Castro, Adriano Ribeiro de.

Do pragmatismo à aliança questionável [manuscrito] : reflexões sobre a política externa brasileira em relação a Israel na era Bolsonaro / Adriano Ribeiro de Castro. - 2024.
38 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA".

1. Política externa. 2. Brasil. 3. Israel. 4. Oriente médio. 5. Sionismo cristão. I. Título

21. ed. CDD 327.1

ADRIANO RIBEIRO DE CASTRO

DO PRAGMATISMO À ALIANÇA QUESTIONÁVEL: REFLEXÕES SOBRE A
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO A ISRAEL NA ERA
BOLSONARO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Relações
Internacionais

Aprovada em: 22/11/2024.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fabio Marques de Souza** (***.857.258-**), em **02/12/2024 17:44:45** com chave **43778d68b0ee11efa64a1a1c3150b54b**.
- **José Francelino Galdino Neto** (***.913.924-**), em **02/12/2024 12:24:09** com chave **79fc52bab0c111ef9dfa1a7cc27eb1f9**.
- **Filipe Reis Melo** (***.607.604-**), em **02/12/2024 11:14:25** com chave **bc252de2b0b711efb8db2618257239a1**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Termo de Aprovação de Projeto Final

Data da Emissão: 05/12/2024

Código de Autenticação: 1fb7d1



Ao meu pai (*in memoriam*) e a minha mãe.
Sonho bom é sonho que sonhamos juntos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, àquela parte de mim que, mesmo em meio à escuridão, não deixou de buscar um caminho, ainda que trêmulo, em direção à luz. Agradeço às mãos invisíveis que, com delicadeza, me ampararam nos momentos de maior fragilidade, e aos olhos que enxergaram além das palavras, reconhecendo o esforço de uma alma em luta.

Àqueles que, mesmo em silêncio, estiveram presentes, permitindo-me existir em meus próprios termos, e à força silenciosa que surge do encontro entre a dor e a perseverança. Que este trabalho seja um testemunho de que, mesmo nas sombras, a luz encontra um jeito de se fazer notar.

Agradeço também à UEPB por proporcionar os recursos e o ambiente que tornaram possível a realização deste trabalho. Minha gratidão se estende ao meu orientador Filipe, cuja paciência, dedicação e orientações foram fundamentais ao longo deste processo.

Sou imensamente grato à minha família, especialmente à minha mãe que ofereceu apoio incondicional, e aos amigos e colegas que compartilharam comigo palavras de incentivo e momentos de respiro durante esta jornada. A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste percurso, deixo aqui minha sincera gratidão.

RESUMO

Este trabalho analisa as relações diplomáticas entre Brasil e Israel, explorando a evolução histórica desses vínculos e os momentos de maior proximidade ou afastamento ao longo dos diferentes governos. A pesquisa examina o estreitamento das relações bilaterais, com destaque para o governo de Jair Bolsonaro, e discute como esse alinhamento pode ter afetado, ou não, a postura do Brasil em relação aos países do Oriente Médio. Além disso, o estudo explora a influência de fatores ideológicos, religiosos e políticos, com ênfase no papel dos grupos evangélicos na formulação da política externa. Por fim, são discutidas as possíveis implicações dessa política para a posição internacional do Brasil, particularmente no que se refere aos interesses diplomáticos e econômicos com os países árabes. Conclui-se que, embora o agronegócio tenha limitado uma aproximação econômica e política mais estreita entre Brasil e Israel, que pudesse de fato prejudicar as relações econômicas com os países árabes, o apoio e a influência de grupos evangélicos sionistas no governo Bolsonaro representaram um momento inédito na política externa brasileira.

Palavras-chave: Brasil-Israel; Oriente Médio; Sionismo cristão; Política Externa.

ABSTRACT

This paper analyzes diplomatic relations between Brazil and Israel, exploring the historical evolution of these ties and periods of greater proximity or distance across different administrations. The research examines the strengthening of bilateral relations, focusing on the Bolsonaro administration, and discusses how this alignment may have affected, or not, Brazil's stance towards Middle Eastern countries. Additionally, the study explores the influence of ideological, religious, and political factors, with emphasis on the role of evangelical groups in shaping foreign policy. Finally, it discusses the potential implications of this policy for Brazil's international position, particularly regarding diplomatic and economic interests with Arab countries. The conclusion is that, although agribusiness limited a closer economic and political relationship between Brazil and Israel that could indeed harm economic relations with Arab countries, the support and influence of Zionist evangelical groups in the Bolsonaro administration represented an unprecedented moment in Brazilian foreign policy.

Keywords: Brazil-Israel; Middle East; Christian Zionism; Foreign Policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ISRAEL.....	12
2.1 O posicionamento do Brasil quanto à partilha da Palestina.....	12
2.2 Governo Geisel (1974-1979), a reorientação pró-árabe e o voto contra o sionismo	15
2.3 O realismo a partir da redemocratização.....	17
2.4 A diplomacia ativa e altiva de Lula e a busca pelo protagonismo internacional.....	20
2.5 Dilma, Temer e os evangélicos.....	24
3 RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ISRAEL SOB O GOVERNO BOLSONARO.....	28
4 CONCLUSÕES.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), um dos temas mais discutidos no âmbito da instituição tem sido a situação de Israel e da Palestina. O Brasil, não por acaso, participou de diversos momentos-chave na ONU em que pôde se posicionar de forma ativa sobre temas como a própria criação do Estado de Israel e em votações como a da criminalização do sionismo (Santos, 2000).

Apesar de mudar seu tipo de posicionamento e estratégia durante as décadas a depender do momento histórico, quando se trata da diplomacia brasileira, o Brasil busca um mesmo objetivo em suas relações internacionais no século XX: o de conseguir insumos externos para se desenvolver (Oliveira, 2012).

Destarte, o país latino-americano passou de um alinhamento automático aos interesses dos EUA, que é pró-Israel, durante o segundo governo Vargas, para uma fase de distanciamento do país norte-americano durante o governo Geisel, em que o Brasil aumenta seu espaço de atuação internacional em busca de novos mercados, como os países do Oriente Médio.

Observa-se que, desde o governo militar (1964-1985), a diplomacia brasileira tem buscado assumir uma postura multilateral e pragmática no continente, buscando certa independência dos interesses dos Estados Unidos. Tal forma de inserção no sistema internacional guiou a diplomacia brasileira até a redemocratização, quando aproximar-se ou afastar-se dos EUA não significava abandonar o multilateralismo ou desconsiderar as relações com os países do Oriente Médio.

Diante disso, sabendo-se que o multilateralismo contribui para seu desenvolvimento e que o Brasil possui importantes e amigáveis relações com Israel e com os países do Oriente Médio, um realinhamento brusco da diplomacia brasileira a Israel causa estranhamento e preocupação por conta de sua motivação e distanciamento de seus próprios objetivos.

Essa postura foi consolidada desde que Jair Bolsonaro iniciou sua campanha presidencial em 2018, demonstrando e tomando atitudes que reforçaram sua posição pró-Israel. Durante seu mandato (2019-2022), o governo Bolsonaro celebrou diversos acordos bilaterais com Israel. Uma aproximação tão forte com Israel levantou preocupações sobre possíveis impactos negativos nas relações comerciais com os países do

Oriente Médio. Além disso, Bolsonaro reiterou em mais de uma ocasião seu desejo de mover a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, reconhecendo-a como a capital de Israel.

Entretanto, como será discutido ao longo deste trabalho, essa postura nas relações diplomáticas do Brasil pode potencialmente trazer mais desafios do que benefícios. Ao se alinhar fortemente com Israel e, por extensão, com os Estados Unidos, o Brasil corre o risco de estremecer suas até então estáveis relações com alguns países do Oriente Médio, que historicamente defendem a causa palestina. Essa aproximação intensa, portanto, pode afetar negativamente relações comerciais amistosas com diversas nações árabes e com o Irã, colocando em risco importantes parcerias econômicas e comerciais. Ainda que existam benefícios em áreas específicas, o impacto mais amplo dessa escolha não parece ser justificável ideológica ou economicamente de maneira clara.

Por fim, o alinhamento do Brasil a Israel no governo Bolsonaro (2018-2022) representa uma notável mudança nas relações internacionais em favor de Israel. É a primeira vez que a maior economia latino-americana se posiciona a defender integralmente os interesses e práticas de Israel. A partir de Bolsonaro, Israel passou a contar com o apoio do Brasil, e assim o regime sionista recebeu este apoio para suas práticas de expansão territorial e outras ações em relação aos territórios palestinos.

À vista disso, esse trabalho tem como objetivo analisar a motivação e os interesses dos governos de Brasil e de Israel no estreitamento de suas relações durante o governo Bolsonaro (2019-2022). Para isso, traçamos os seguintes objetivos específicos: distinguir os conceitos de sionismo, sionismo cristão e antissemitismo; identificar o papel dos evangélicos do Brasil na formulação da Política Externa do governo Bolsonaro.

Destarte, esse trabalho busca responder à seguinte questão: como as relações diplomáticas entre Brasil e Israel evoluíram ao longo dos diferentes governos, e de que forma o alinhamento político e ideológico no governo Jair Bolsonaro influenciou a postura do Brasil em relação aos países do Oriente Médio?

Parte-se da hipótese de que Israel beneficia-se significativamente da aproximação com o Brasil, pois isso lhe confere apoio e legitimação do maior país da América Latina em relação às suas práticas que frequentemente resultam em violações do direito internacional e dos direitos humanos nos territórios palestinos. Ademais, a melhoria das relações bilaterais é do interesse do primeiro-ministro israelense, Netanyahu, uma vez que a mudança da embaixada brasileira para Jerusalém poderia incentivar outros países da

América Latina a seguir o mesmo caminho. Por outro lado, considera-se que o Brasil não obtém benefícios com o estreitamento das relações bilaterais, pois abre mão de uma relação multilateral harmônica com os demais países do Oriente Médio em favor de uma relação bilateral com Israel.

Desde o governo Geisel, ainda no período militar, o Brasil assumiu uma postura pragmática e realista quanto ao Oriente Médio e à questão da Palestina. Em busca de seus próprios interesses e desenvolvimento nacional, o país votou, por exemplo, a favor da resolução número 3379, de 1975, da Assembleia Geral da ONU, que qualificava o sionismo como forma de discriminação racial. Esse tipo de política externa de pretensão equidistante permitiu que o Brasil construísse uma relação multilateral benéfica com os países da região, em que se inclui Israel, tanto política quanto economicamente.

A partir do governo Bolsonaro, entretanto, o país substituiu paulatinamente esse posicionamento por um forte alinhamento ideológico a Israel, o que estremece o relacionamento brasileiro com diversos países do Oriente Médio. Desde o início de seu mandato em 2018, Bolsonaro firmou acordos bilaterais com Israel e até mesmo prometeu mover a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém.

No Brasil, há um expressivo apoio conservador de cunho religioso, especialmente entre os evangélicos, que desempenham um papel importante na pressão por decisões que alinham o país a Israel. Impulsionados por uma visão de sionismo cristão, acreditam que o apoio a Israel é um imperativo religioso e que a prosperidade do Brasil está vinculada a essa aliança. Durante o governo de Jair Bolsonaro, esse alinhamento foi amplamente apoiado, refletindo a influência dessa base conservadora na política externa. Contudo, essa narrativa é frequentemente contestada por críticas que destacam as violações dos direitos humanos e do direito internacional nos territórios palestinos, evidenciando a necessidade de uma análise mais equilibrada das complexidades do conflito.

Assim, esta pesquisa se torna relevante ao apontar que o estreitamento das relações entre países como Brasil e Israel é problemático, pois pode legitimar as práticas israelenses que geram tensões no Oriente Médio, ao mesmo tempo em que prejudica as até então sólidas relações do Brasil com outros países da região. Como será analisado ao longo deste trabalho, os países do Oriente Médio são cruciais para a diplomacia brasileira, especialmente no que se refere à obtenção de insumos externos para o desenvolvimento nacional.

Este trabalho utiliza uma abordagem qualitativa, baseando-se em pesquisa bibliográfica e análise documental. Foram consultadas obras acadêmicas, artigos científicos e documentos oficiais que abordam as relações entre Brasil e Israel, bem como a política externa brasileira ao longo dos diferentes governos. A metodologia permite compreender as nuances históricas e políticas que influenciaram essas relações, proporcionando uma análise crítica e aprofundada sobre o tema.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos principais, visando a análise das relações diplomáticas entre Brasil e Israel ao longo dos anos, com ênfase no impacto da política externa brasileira sob diferentes governos. O capítulo 2, "Histórico das Relações entre Brasil e Israel", é subdividido em cinco seções que abordam a evolução desse relacionamento desde a partilha da Palestina, passando pelo período do Governo Geisel, até o realismo da redemocratização e a diplomacia ativa e altiva de Lula. A seção 2.5 discute a influência crescente dos evangélicos, especialmente durante os mandatos de Dilma e Temer. O capítulo 3, "Relações entre Brasil e Israel sob o Governo Bolsonaro", trata especificamente do alinhamento ideológico e político estreito que se estabeleceu entre os dois países durante esse período. Por fim, o capítulo 4 apresenta as conclusões, sintetizando os resultados e implicações da pesquisa.

2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ISRAEL

Como explicado por Santos (2000), as relações entre Brasil e Israel iniciam-se antes mesmo da criação deste, com a Partilha da Palestina, e são marcadas por dois momentos distintos de posicionamento brasileiro. O primeiro momento refere-se ao posicionamento do Brasil quanto à questão da Partilha da Palestina e da criação de Israel, em 1947, em que o Brasil teve uma postura pró-Israel e alinhada aos interesses dos EUA, e um segundo momento a partir de meados da década de 1970, sob o governo Geisel (1974-1979), em que o Itamaraty passa a adotar uma postura mais pragmática e de tendência pró-árabe.

É a partir dos anos 1970, portanto, que ocorre uma efetiva aproximação do Brasil aos países árabes, em que acordos diversos comerciais são celebrados e que, em 1975, o Brasil vota na ONU a favor da pauta que equipara o sionismo ao crime de racismo e discriminação racial, decisão considerada pelos sionistas como anti-Israel e anti interesses dos Estados Unidos.

Sendo assim, esse tópico se subdivide primeiramente entre os posicionamentos do Brasil quanto à partilha da Palestina, à criação do Estado de Israel e ao conflito árabe-israelense a partir de 1947; seguido para o Governo Geisel, a tendência pró-árabe e o voto contra o sionismo como segundo momento; e por fim, as relações israelo-brasileiras a partir da redemocratização, dos governos Collor (1990-1992) a Temer (2016-2019).

A intenção dessa subdivisão é perceber, historicamente, como a partir de Bolsonaro há uma total discrepância da diplomacia brasileira que vai desde sua preferência pelo alinhamento aos interesses israelenses em detrimento do mundo árabe, quanto ao ineditismo desse fato após a redemocratização.

2.1 O posicionamento do Brasil quanto à partilha da Palestina

Como previamente mencionado, a criação do Estado de Israel está ligada, em grande parte, à atuação do Brasil do presidente Dutra (1946-1951) na Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 1947. Conforme explicado por Glick (1959), tal assembleia foi responsável por decidir sobre o futuro dos territórios da Palestina após a desocupação britânica e contou com o Brasil e com diversos países da América Latina como votantes favoráveis à partilha da Palestina e à criação do Estado de Israel.

Na Assembleia, o Brasil foi representado pelo embaixador Oswaldo Aranha, um americanófilo, que, como presidente escolhido da Assembleia, ordenou o debate para que a proposta de votação para a partilha fosse a primeira a ser votada, prescindindo de propostas como as da independência palestina defendida pelos árabes (Glick, 1959).

Conforme Vigevani e Kleinas (1999), o Brasil reconheceu o Estado de Israel em 1949 e estabeleceu relações diplomáticas em 1952, quando inaugurou uma embaixada brasileira em Tel Aviv. Durante os anos 1960, as relações entre os dois países eram pragmáticas e utilitárias, ou seja, se baseavam no que era mais vantajoso ou necessário para o momento, não sendo afetadas pelas dificuldades do governo brasileiro com os Estados Unidos. A posição de equidistância em relação aos interesses israelenses e árabes foi mantida até meados da década de 1970, encorajando uma solução diplomática que atendesse às demandas de ambas as partes.

No entanto, a partir da deflagração da Guerra ao Terror, após os ataques de 11 de setembro de 2001, houve um esfriamento nas relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos, o que também reduziu os incentivos brasileiros para se envolver com questões do Oriente Médio, incluindo Israel (Barbosa, 2002).

Destarte, de acordo com Casarões e Vigevani (2014), a diplomacia brasileira assumiu para si um papel ativo quanto às questões que concernem à Palestina, sendo, portanto, responsável por viabilizar a criação do Estado de Israel, fornecendo assim um território nacional próprio para os judeus e outro para os árabes da Palestina, ainda que tal proposta não fosse consentida pelos árabes-palestinos nem pelos demais Estados árabes, nem que a proposta fosse equilibrada no que se refere à proporção de terra para árabes e hebreus, já que havia o dobro de população árabe em relação ao número de hebreus no momento da partilha.

Esse tipo de posicionamento da diplomacia brasileira, entretanto, pode estar relacionado principalmente ao alinhamento do Brasil (e países latinos) aos interesses dos Estados Unidos da América para o Oriente Médio. Como explana Oliveira (2012), a política externa brasileira no governo Dutra (1946-1951) estava preocupada em buscar um relacionamento especial com os EUA para conseguir se desenvolver e, portanto, realizaria um alinhamento automático ao país norte-americano, o que incluía a questão israelense.

Assim, o Brasil da Assembleia de 1947, que possuía comunidades árabes e judias em seu território, não estava necessariamente interessado em criar ou reforçar laços com nenhuma dessas comunidades internacionalmente, mas via na ONU uma oportunidade de

aproximar-se dos EUA pós-Segunda Guerra e angariar respeito, simpatia e reciprocidade do país norte-americano (Santos, 2000).

Pode-se perceber que, mesmo no momento em que Brasil e Israel estiveram mais próximos politicamente, o país latino-americano não o fez por uma aproximação ideológica ao sionismo, mas por seguir os interesses globais dos EUA. Essa observação é importante, pois, como será visto mais à frente, o governo Bolsonaro retoma uma diplomacia de postura pró-israelense, adotando, entretanto, pela primeira vez, os valores sionistas para isso.

Quanto à criação do Estado de Israel e aos conflitos árabe-israelenses que se seguiram, outros aspectos da participação brasileira podem ser notados. Santos (2000) contextualiza que, em maio de 1948, um ano após a Assembleia da Partilha da Palestina, foi autorizada a criação do Estado de Israel. O que acontece, entretanto, é que, no dia seguinte após tal resolução e a retirada das tropas inglesas do território palestino, tropas árabes de países vizinhos invadem tal área, iniciando-se o primeiro conflito armado árabe-israelense.

É a partir desse momento, portanto, que Israel inicia a ocupação de partes do território palestino que eram destinadas aos árabes, em desrespeito ao que havia sido decidido pela ONU. Como reitera Santos (2000), mais de 650 mil árabes palestinos se tornaram refugiados por conta da guerra. Além disso, Jerusalém, que deveria ser internacionalizada, ficou dividida entre os dois povos. Ao final da guerra de 1948, Israel passa a ocupar não só os 53% da Palestina decididos pela ONU, mas sim 78%.

Esses fatos fizeram, pela primeira vez, a diplomacia brasileira se tornar mais discordante e distante dos interesses israelenses e dos EUA no Oriente Médio. Isso ocorre porque, como afirmam Casarões e Vigevani (2014), o Brasil não tinha em sua concepção uma linha determinada de ações para aquela região, que era interessante aos objetivos nacionais apenas de forma remota e como uma forma de se aproximar dos EUA.

Assim, ao se deparar com as consequências que a ocupação israelense causara ao território palestino, o Brasil tornou-se discordante, ainda que de forma tímida, das políticas adotadas pelo novo país. Santos (2000) pontua que tal fato pode ser explicado pela influência do catolicismo no país latino, já que, na visão do governo brasileiro, Jerusalém era um local sagrado para o cristianismo e demais religiões envolvidas. Como sustenta Glick (1959), o peso do Vaticano influenciou as decisões da maioria dos Estados latinos.

Deste modo, pôde-se observar que a origem da orientação do Brasil para Israel deveu-se em maior parte ao interesse do país latino-americano em estreitar seu vínculo com os EUA e em se beneficiar disso. Sua postura, entretanto, reorientou-se quando questões como a internacionalização de Jerusalém, os refugiados palestinos e a colonização dos territórios palestinos pelo regime sionista foram colocadas em pauta.

2.2 Governo Geisel (1974-1979), a reorientação pró-árabe e o voto contra o sionismo

No tópico anterior, foram analisadas as fundações das relações entre Brasil e Israel, bem como a tendência histórica da diplomacia brasileira de não possuir um plano de atuação concreto voltado para o Oriente Médio. Foi possível constatar ainda que, apesar de se alinhar aos EUA, o Brasil questionou de forma tímida a atuação do governo israelense na questão do direito de retorno dos refugiados e na ocupação ilegal de Jerusalém.

As relações israelo-brasileiras permaneceram relativamente estáveis durante as décadas seguintes. O ponto de mudança, que interessa a este trabalho, viria a ocorrer na década de 1970, sob o governo militar Geisel (1974-1979). Como informa Oliveira (2012), aquela época ficaria marcada por uma tentativa do governo brasileiro de instituir uma nova política externa para o país. Assim, buscava-se uma alternativa à política de alinhamento automático aos interesses dos EUA, na qual estavam incluídos os interesses de Israel.

Dessa forma, surge no governo Quadros (1961) e atinge sua maior expressão no governo Geisel, a Política Externa Independente (PEI), que tinha como princípios norteadores a autonomia brasileira em relação aos países do Norte, especialmente aos EUA, e a universalização das relações com as demais nações do globo (Oliveira, 2012).

Além disso, a década de 1970 é marcada pelos primeiros choques do petróleo e pelo consequente protagonismo dos países do Oriente Médio no sistema internacional. De acordo com Santana (2006), a Guerra do Yom Kippur, ocorrida em outubro de 1973, envolvendo Israel contra Síria e Egito, provocou uma quadruplicação no preço do barril de petróleo, afetando diretamente o Brasil, que, à época, dependia da importação do produto para cerca de 80% de seu consumo interno, o maior percentual dentre os países em desenvolvimento.

Por consequência, o Brasil da década de 1970 passa a buscar e priorizar um aprofundamento de suas relações com os países do Oriente Médio como estratégia diplomática, haja vista que o país necessitava de tal matriz energética para realizar seu objetivo de desenvolvimento (Santana, 2006).

A consequência disso, entretanto, foi o inevitável afastamento do Brasil de seu alinhamento aos EUA e a Israel. Como concorda Caraciki (2013), a Guerra de Yom Kippur foi uma investida árabe com o objetivo de defender os territórios árabes ocupados de forma ilegal por Israel em 1967, na Guerra dos Seis Dias, e de impedir seu expansionismo, bem como de apoiar o direito de retorno dos refugiados árabes-palestinos. Portanto, é possível perceber que, a partir da década de 1970, mais notadamente no governo Geisel, o Brasil abandona sua postura equidistante nos conflitos árabe-israelenses para adotar um alinhamento à resistência árabe.

Tal alinhamento se traduz nos posicionamentos favoráveis do Brasil quanto aos países do Terceiro Mundo e nas votações das assembleias e fóruns da ONU, em que se destaca como mais subversivo em relação aos EUA o voto brasileiro na Assembleia Geral no projeto que declarava o sionismo como uma forma de racismo e de discriminação racial. Como afirma Santana (2006), a Resolução 3379, que equiparava o sionismo ao crime de racismo e discriminação racial, foi apoiada por somente três países latinos: Brasil, México e Cuba. O pequeno número de países a apoiar tal resolução se deve ao fato de que esta foi considerada uma das mais extremas retaliações a Israel.

Apesar disso, o Brasil, como antes mencionado, necessitava do apoio dos países do Oriente Médio para manter seu desenvolvimento e sua matriz energética, sendo assim pragmático quando necessário. Observava, portanto, o que era mais vantajoso e colocava esses interesses acima dos interesses estadunidenses.

Esse momento da história da diplomacia brasileira chama atenção e se torna importante para este trabalho, por possibilitar uma comparação entre a atuação do governo brasileiro sob a gestão Geisel, um governo militar, e o governo Bolsonaro na pós-redemocratização. Afinal, o regime militar brasileiro, como afirma Rapoport e Laufer (2000), nasceu de um golpe contra a democracia brasileira em 1964, numa tentativa de conter um governo que pretendia atender os interesses da classe trabalhadora brasileira. Entretanto, como pôde ser constatado ao longo das décadas, tal golpe refletia os interesses

dos EUA no Brasil, que, durante a Guerra Fria, se preocupava com a influência que a URSS poderia ter no Brasil e na América Latina (Rapoport e Laufer, 2000).

Dessa forma, percebe-se que a política externa do governo Bolsonaro, que se alinha automaticamente aos EUA e a Israel, demonstra menos autonomia em sua atuação e está menos preocupada em diversificar seus parceiros comerciais do que até mesmo alguns governos militares.

Por fim, neste tópico, pôde-se verificar que a política externa brasileira, ao longo dos anos, adaptou-se à conjuntura internacional, a depender do momento, sempre perseguindo um objetivo final: o de conseguir insumos estrangeiros para se desenvolver. Para isso, o Brasil assumiu uma postura equidistante em relação ao Oriente Médio e Israel quando buscava apoio dos EUA, e adotou uma postura mais equilibrada na década de 1970, quando os choques do petróleo ameaçavam a continuidade do crescimento do país.

2.3 O realismo a partir da redemocratização

Como foi possível observar até aqui, o Brasil, desde a criação do Estado de Israel, adotou diferentes posturas diplomáticas ao longo das décadas, aproximando-se ou afastando-se das pautas israelenses, guiando-se principalmente pelo objetivo de se desenvolver enquanto potência.

Portanto, pode-se afirmar que, embora o país latino-americano tenha se preocupado com questões como as de refugiados árabes-palestinos e com a ocupação indevida de territórios por Israel, o Brasil e irá se guiar e se alinhar àquele ator que seja mais vantajoso para seu desenvolvimento em determinado momento, desde que exista a possibilidade de barganhar seu posicionamento.

A partir da redemocratização, entretanto, ocorreu uma ruptura no modelo pragmático que tinha sido adotado nos anos anteriores. Santos (2003) define a postura da diplomacia brasileira a partir de 1985 como sendo realista, num contexto em que ocorre o fim da ditadura militar brasileira, o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética em 1991. Isso acontece porque se torna mais difícil para o Brasil poder ser pragmático e alinhar-se a atores não convencionais quando não há o contrabalanceamento da URSS e o poder e influência dos EUA se torna hegemônico.

Santos (2003) caracteriza os primeiros quatro governos pós-redemocratização (Joé Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso) como pouco divergentes do novo cenário internacional, em que o Brasil já não confrontava o líder hegemônico da época, mas defendia os posicionamentos estadunidenses como forma de subir na hierarquia mundial. Já Casarões e Vigevani (2014), destacam que Sarney (1985-1990), ainda que já inserido no novo cenário internacional que se desenhava, manteve certos posicionamentos pró-árabes advindos dos governos anteriores. Entretanto, como veremos adiante, o Brasil só viria de fato a adotar uma postura divergente do realismo a partir dos governos Lula.

Dessa forma, Sarney (1985-1990), o primeiro presidente após a redemocratização, seguiu em seu governo uma política externa que possuía semelhança com a dos anos anteriores. Como afirmam Casarões e Vigevani (2014), Sarney defendia a criação de um Estado palestino, a retirada de Israel dos territórios ilegalmente ocupados, mas sem que isso afetasse a existência do Estado de Israel. Foi nesse contexto que o Brasil de Sarney votou favoravelmente à Resolução 43/177, que reconheceu o status de soberania da Palestina na ONU.

Collor de Mello (1990-1992), por outro lado, era próximo da comunidade judaica brasileira e tinha o interesse, no pós-Guerra Fria, de aproximar-se dos Estados Unidos. Sendo assim, dentre seus objetivos e propostas estava a reaproximação a Israel, e em 1991 Collor revoga, seguindo os Estados Unidos, o voto do Brasil na Resolução 3379 que classificava o sionismo como racismo (Casarões e Vigevani, 2014). Naquela ocasião, o Brasil se distanciou dos países árabes.

Isso não significava, contudo, que o presidente se colocava contra os países árabes ou desejava romper relações em favor de Israel, mas a nova conjuntura abriu espaço para que o Brasil pudesse buscar parcerias com todos os países sem distinção de posicionamento ideológico. Como afirma Santos (2003), o Brasil pós-dissolução da URSS entendia que, com os novos pólos de poder, novas instâncias e posicionamentos deveriam ser tomados. Agia, portanto, com uma orientação realista. Ou seja, a forma que o Brasil possuía naquele momento para se desenvolver e se projetar no cenário internacional era de se aliar ou mesmo servir aos interesses estadunidenses.

Entretanto, por conta de o governo Collor ter sido marcado pela alta inflação e pelo *impeachment*, o Brasil deu pouco foco ao conflito árabe-israelense à época. É a partir do governo de Itamar Franco (1992-1995) que as interações do governo brasileiro em relação a esse conflito são retomadas (Casarões e Vigevani, 2014). O governo estava interessado em recuperar o debate acerca do desenvolvimento no meio internacional, que à época estruturava-se ao redor de temas como segurança (Amorim, 1994) e buscou relações com diferentes países e regiões do globo, o que inclui o Oriente Médio. Portanto, no governo Itamar Franco, a política externa brasileira, mais uma vez, era vista como uma maneira de auxiliar o desenvolvimento do país.

É a partir desse cenário que o governo seguinte, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), guia sua atuação. O governo FHC estava preocupado em firmar acordos bilaterais e multilaterais ao redor do globo, em que os países tivessem voz ativa, fugindo de uma visão de “lei do mais forte”, em que algum país, como os EUA, dita as regras. Além disso, o Plano Real, a globalização e o fim da inflação dos governos anteriores possibilitaram esse momento de êxito da política externa brasileira, em que se buscava o desenvolvimento (Lampreia, 1998).

No que concerne à relação do Brasil com Israel e com os países do Oriente Médio, neste governo, alguns momentos importantes podem ser mencionados. É no segundo mandato de FHC, por exemplo, que acontecem os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos. Assim, em discurso na Assembleia Geral da ONU, FHC se solidariza com os estadunidenses, porém também menciona a questão dos territórios palestinos, em que afirma a necessidade de um estado democrático autônomo para aquele povo (Guimarães e Mongelli, 2018).

Como visto anteriormente, as questões de defesa dos interesses palestinos não se alinham com os interesses estadunidenses, ligados aos interesses de Israel. Portanto, o Brasil apresentou relativa autonomia no seu discurso. É importante destacar que o Brasil, nesse momento de recuperação econômica, buscava se inserir como uma economia relevante no cenário internacional que participava da tomada de decisões, ainda que assuntos como conflitos árabes-israelenses não fossem prioridade do país e nem o governo acreditasse que poderia resolvê-los (Casarões e Vigevani, 2014). Portanto, adotava uma estratégia realista em sua política externa.

Neste capítulo, viu-se que a redemocratização e os novos paradigmas internacionais como o fim da URSS impactaram a política externa brasileira (PEB), que teve de ser adaptada para melhor defender os interesses brasileiros. Com novos polos de poder, o Brasil adotou uma postura realista e equidistante, em que defendia timidamente seus interesses no que diz respeito ao Oriente Médio e Israel, mas não mais se colocava firmemente contra os interesses estadunidenses, como nos anos 1970.

Apesar disso, a PEB continuou seguindo uma linha racional que tinha como objetivo final conseguir insumos para superar o *status* de país em desenvolvimento que o país possuía. Como poderá ser visto posteriormente, a PEB do governo Bolsonaro, que esse trabalho destaca, não segue uma postura que justifique sua tomada de decisões de forma que persiga o objetivo de desenvolvimento do Brasil.

2.4 A diplomacia ativa e altiva de Lula e a busca pelo protagonismo internacional

Conforme visto nas seções anteriores, a diplomacia brasileira, no que se refere à inserção do Brasil no cenário internacional, passou por diversas fases e estratégias, com foco em diferentes parceiros, a depender do momento histórico. O ponto de convergência entre elas, entretanto, é a busca do país por insumos estrangeiros para possibilitar seu desenvolvimento. Desta forma, a PEB aproveitava-se da ordem bipolar do pós-Segunda Guerra e da Guerra Fria para barganhar seus interesses.

Entretanto, devido ao colapso da URSS em 1991 e à nova ordem mundial, os governos do pós-redemocratização tiveram pouco espaço de manobra para aprofundar relações com países contrários aos interesses dos EUA, o que tornou o país latino-americano menos influente e com menos protagonismo internacional na década de 1990.

Uma mudança significativa ocorre, porém, com a eleição de Lula para seu primeiro e segundo mandatos. A busca pelo desenvolvimento do Brasil continua como uma prioridade nesse governo, mas com a utilização de novas estratégias. De acordo com Vigevani e Cepaluni (2007), o primeiro governo Lula (2003-2006) foi simbolicamente marcado, e utilizou em sua própria estratégia e discurso o viés da mudança e oposição ao que havia sido o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso.

Desta forma, a diplomacia de Lula (2003-2006) procurou diversificar seus parceiros comerciais, saindo do tradicional foco no comércio com os países desenvolvidos para estreitar relações com os países em desenvolvimento do Sul Global, o que inclui os países do Oriente Médio. Vigevani e Cepaluni (2007) nomeiam tal estratégia como “autonomia pela diversificação”, ideia que consiste em enfatizar a cooperação Sul-Sul para contrabalancear o poder hegemônico do Norte e alcançar protagonismo.

Segundo Amorim (2011, p. 415), "Desde o início, o governo Lula teve uma percepção muito nítida da necessidade de diversificação de parceiros. Isso era verdade sobretudo no plano econômico, mas se estendia ao plano político."

Além disso, sob a imagem de Lula e de seu ministro das Relações Exteriores, Amorim, o Brasil passou a ser visto como um país com protagonismo internacional a nível global, sendo capaz de discutir questões de segurança e paz mesmo em regiões que não estão próximas ao seu entorno. Assim, Amorim (2013) afirma que o Brasil da era Lula (2003-2010) pretendia ser um provedor de paz na ordem internacional.

Com a figura de um país pacífico, moderado e que não possui conflitos fronteiriços, o Brasil poderia contribuir significativamente para os processos de paz entre Israel e a Autoridade Palestina, e não somente de forma simbólica como havia sido nos governos anteriores (Santos, 2014).

Assim, após 2003, no contexto de uma nova orientação diplomática na presidência de Lula da Silva, o engajamento brasileiro na região do Oriente Médio foi retomado, buscando adotar uma posição equidistante entre os interesses israelenses e árabes/palestinos (Casarões e Vigevani), 2014).

A Política Externa de Lula, portanto, buscou criar mecanismos que aproximassem o Brasil dos mercados do Oriente Médio sem desconsiderar as relações de Brasil e Israel. Esse movimento fica evidente, por exemplo, nas viagens de Lula e Amorim para os países da região. Lula foi o primeiro presidente do Estado brasileiro a fazer visitas políticas ao Oriente Médio, ainda que o Brasil possuísse em torno de 10 milhões de descendentes árabes (Amorim, 2011).

De acordo com Amorim (2011), foi durante essas viagens que Lula deu a ideia da criação de uma cúpula específica para o encontro do Brasil e países árabes, que

posteriormente viria a se tornar a Cúpula Aspa (América do Sul-Países Árabes). Esta iniciativa projetou mais o Brasil internacionalmente, tanto como líder latino-americano, como ator internacional. Como resultado, houve quatro cúpulas entre a América do Sul (representada pela UNASUL) e os países árabes: 2005, 2009, 2012 e 2015. Esta interação com países árabes teria resultado em um aumento de transações entre as duas regiões que ao fim do governo Lula representava um montante de US\$30 bilhões. (Amorim, 2011).

O Brasil, não obstante, devido à sua postura que se pretendia equidistante, também celebrou acordos com Israel durante os mandatos de Lula. Conforme Amorim (2011), além das visitas aos países da Aspa, o então ministro das relações exteriores se encontrou com o presidente israelense para discutir a possibilidade de um acordo de livre-comércio entre Mercosul e Israel.

... começamos a discutir a possibilidade de um acordo de livre-comércio entre o Mercosul e Israel. Um acordo importante não apenas economicamente, mas também como sinalização política de que o Brasil não estava pendendo para um lado, ou de que não desejaria uma boa relação com Israel (Amorim, 2011. p. 420).

O protagonismo da PEB ficou evidenciado em 2009, quando o Brasil e a Turquia juntos conseguiram viabilizar a assinatura do Acordo de Teerã, numa mediação entre o Conselho de Segurança da ONU e o Irã para o controle do uso de energia nuclear. No acordo, o Irã se comprometia a enviar à Turquia, sob a supervisão da ONU, o urânio enriquecido que seria usado em pesquisas científicas para uso civil. Embora este acordo tenha sido descartado pelos EUA posteriormente por razões que fogem do escopo desta pesquisa, o acordo serviu para mostrar o potencial articulador dos governos Lula e governo Erdogan na época.

Desta maneira, o que se evidencia é que o governo Lula estava preocupado em equilibrar seu relacionamento com os países árabes e Israel porque se pretendia como um ator capaz de promover a paz e via como benéfica a relação comercial e política com os dois lados. Apesar disso, o Brasil não ficava imune às críticas, pois ora era criticado pelos defensores de Israel, ora era criticado pelos apoiadores dos palestinos.

Quanto a isso, Santos (2014) afirma que se faz necessária a contextualização da postura brasileira em relação aos conflitos árabes/palestinos-israelenses. Enquanto o Brasil apelava, através de notas oficiais, pelo fim das hostilidades no conflito, é evidente que

Israel possui o aparato de um Estado integralmente constituído, que tem apoio dos EUA e que possui um dos exércitos mais poderosos do mundo. Ao mesmo tempo, os territórios palestinos estão sob ocupação militar israelense desde 1967, sob um regime de colonização e os palestinos sequer possuem um Estado plenamente constituído.

Por fim, em seu último ano do governo, Lula reconheceu o Estado palestino nas fronteiras de 1967, ratificando assim o entendimento da ONU que considera as fronteiras de antes da Guerra dos Seis Dias, em 1967, como as fronteiras oficiais. Esta posição do governo brasileiro reafirmou seu papel de promotor de paz, porém reiterou a necessidade de negociações entre os dois lados.

A decisão não implica abandonar a convicção de que são imprescindíveis negociações entre Israel e Palestina (...) O Brasil reafirma sua tradicional posição de favorecer um Estado palestino democrático, geograficamente coeso e economicamente viável, que viva em paz com o Estado de Israel. Apenas uma Palestina democrática, livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios israelenses por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional (Brasil, 2010. p.354).

Neste capítulo foi possível verificar que o governo Lula foi marcado por um significativo envolvimento econômico e político com o Oriente Médio, um movimento até então inédito na diplomacia brasileira. Foi neste governo que foram criados a Cúpula Aspa e também o acordo de livre-comércio entre Mercosul e Israel, o que demonstrou o interesse do país em ser um promotor de paz e segurança, bem como um ator que pudesse dialogar com os dois lados do conflito. Esse comportamento deu protagonismo global para o Brasil e seguiu o objetivo constante da PEB que é o de conseguir insumos estrangeiros para se desenvolver.

Essa avaliação se torna importante porque, como será discutido posteriormente, o governo Bolsonaro adotou posturas muito diferentes, com alianças questionáveis, que trouxeram consequências para a até então estável relação do Brasil com as duas regiões.

2.5 Dilma, Temer e os evangélicos

Na seção anterior, foi possível discutir e observar os momentos de continuidade e os movimentos inéditos da PEB para o Oriente Médio e Israel do governo Lula, que como os governos anteriores, tinham como objetivo final estabelecer relações internacionais para facilitar o desenvolvimento do Brasil. Nesta seção, serão discutidos os últimos governos anteriores a Bolsonaro (Dilma e Temer) bem como o papel que os evangélicos começam a ter na PEB nessa era.

O primeiro governo Dilma (2011-2014) inicia-se em 2011 como o sucessor de Lula e segue uma linha de atuação similar e de continuidade. Sendo também do Partido dos Trabalhadores (PT) e tendo sido apoiada por Lula, seus objetivos não estão muito distantes do governo anterior. O que se difere na era Dilma (2011-2016) são os acontecimentos internos tanto no Brasil quanto nos países árabes. O Brasil estava passando por uma desaceleração na economia enquanto no Oriente Médio iniciaria-se a Primavera Árabe, o que fez com o que o Brasil diminuísse seu ativismo internacional quanto às questões de Israel e da Palestina e priorizasse suas questões internas (Casarões; Feldberg, 2024).

De acordo com Vigevani e Calandrin (2019), as relações econômicas brasileiras permaneceram estáveis tanto com os países árabes quanto com Israel durante o governo Dilma, havendo colaborações importantes entre as regiões, que não foram prejudicadas pela manutenção da colonização da Palestina por Israel. Com efeito, as importações e exportações do Brasil com as regiões cresceram significativamente durante as administrações petistas.

Já na área política, as relações do Brasil com as regiões não passaram por mudanças significativas, porém, devido aos princípios de defesa da autodeterminação dos povos e da solução de dois estados defendidos pelo governo, algumas discordâncias começam a surgir. Os líderes de grupos evangélicos viram sua expressividade e influência aumentar no Brasil, tendo representantes na Câmara e no Senado. Tais grupos cobravam do Brasil uma aproximação e uma defesa incondicional de Israel, num chamado sionismo cristão, algo contrário aos princípios da diplomacia brasileira (Vigevani e Calandrin, 2019).

Para melhor entendimento das motivações desse grupo, aqui cabe serem apresentados alguns conceitos: o de sionismo e de sionismo cristão, bem como o de antissemitismo. Arendt (1951) define o antissemitismo na modernidade como uma

ideologia de ódio e hostilidade aos judeus que foi politicamente instrumentalizada para atingir objetivos autoritários de consolidação de poder que teve origem nas sociedades europeias. Assim, o termo está ligado às violências históricas sofridas pelos judeus no continente europeu, bem como o ódio e preconceito na modernidade.

Quanto ao sionismo, Sizer (2004) o define como um movimento que surge inicialmente em resposta ao antissemitismo europeu e pela emancipação dos judeus, mas que, após a criação do Estado de Israel, adquire um novo significado: o de movimento pelo retorno dos judeus à Israel e o controle dos judeus sobre a Palestina e sobre a sua população indígena, os árabes palestinos, configurando-se numa ideologia supremacista e racista, como assim foi entendida pela Resolução 3379, da Assembleia Geral da ONU, de 1975.

Finalmente, o sionismo cristão, de uma forma simplificada, seria o apoio dos cristãos ao sionismo. Todavia, no contexto dos conflitos árabes/palestinos-israelenses, Sizer (2004, p.16) explica:

Invariavelmente, os sionistas cristãos são, portanto, também defensores e apologistas do Estado de Israel. Esse apoio envolve consistentemente a oposição àqueles considerados críticos ou hostis a Israel, mas também leva à justificativa da ocupação e colonização de Israel na Cisjordânia, no Golã e em Gaza com base em argumentos bíblicos" (tradução própria).

É de suma importância que esses conceitos não sejam confundidos, pois, como vimos, o antissemitismo, que se refere à hostilidade contra os judeus, não está diretamente relacionado ao Estado de Israel. Assim, os países árabes, a resistência palestina e os países que a apoiam não são necessariamente antissemitas por se oporem às políticas de Israel. Além disso, vale recordar, que os povos semitas, os árabes e os judeus, conviveram relativamente bem em diferentes partes do Oriente Médio e no norte da África ao longo da história. O antissemitismo teve origem nas sociedades europeias que não souberam lidar com a chegada daqueles imigrantes hebreus.

Destarte, a tradição brasileira de defender a autodeterminação dos povos é contrária ao sionismo, na medida em que, como vimos, promove a existência de uma solução de dois Estados, incluindo a criação de um Estado para os palestinos. As decisões de Rousseff, portanto, são coerentes com a tradição da PEB.

Quanto ao sionismo cristão, Casarões e Feldberg (2024) afirmam que o fenômeno se torna ainda mais evidente no Brasil quando o então primeiro-ministro de Israel, Netanyahu, percebe a importância da mobilização dos cristãos-evangélicos em defesa de Israel. Reunindo-se com figuras como Eduardo Cunha e Edir Macedo, Netanyahu estreitou laços com líderes evangélicos brasileiros, contribuindo para fortalecer o apoio a Israel em setores influentes do país.

Quando o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff se concretiza em 2016, a maioria dos parlamentares evangélicos votou a favor de sua destituição (93%), ainda que muitos deles tivessem apoiado os governos petistas no passado. Além disso, com o objetivo de prosseguir em sua agenda conservadora, este grupo rapidamente se alinha ao mais novo presidente, Michel Temer (2016-2018), avançando no objetivo sionista cristão de defender Israel incondicionalmente sem considerar a ocupação militar e a colonização a que o povo palestino está submetido (Casarões e Feldberg, 2024).

Apesar de movimentos que indicavam uma aproximação do governo Temer a Israel, como o anúncio de José Serra como novo ministro das Relações Exteriores, que mantinha forte oposição às políticas dos governos petistas (Vigevani e Calandrin, 2019), Casarões e Feldberg (2024) afirmam que, mesmo com o descontentamento dos setores conservadores, era do interesse de Temer que as políticas brasileiras em relação a Israel e ao Oriente Médio se mantivessem inalteradas, devido ao reconhecimento da importância política e econômica dessa região.

Em contrapartida, Calandrin (2024) alega que as pequenas inflexões ocorridas neste governo em relação a Israel se devem ao novo cenário global que se desenhava, influenciado principalmente por fatores como as novas políticas dos EUA para Israel na administração de Trump, incluindo o reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel. Assim, o Brasil estaria se reajustando para não se afastar de seus parceiros tradicionais.

Nesta seção, analisamos a política externa brasileira durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), destacando a influência do sionismo cristão nesse contexto. Observou-se que, apesar de haver movimentos que sugerissem uma aproximação com Israel, a PEB sob Temer manteve-se fiel aos princípios tradicionais de equidistância e de relações amistosas com árabes/palestinos e israelenses. A importância

dessa análise se revela na comparação com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que, como será discutido no próximo capítulo, trouxe mudanças significativas à orientação da PEB brasileira a favor de Israel. Essa transição não apenas reflete a dinâmica interna da política brasileira, mas também suas repercussões nas relações internacionais.

4 RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ISRAEL SOB O GOVERNO BOLSONARO

Como visto na seção anterior, a década de 2010 testemunhou a ascensão de um novo componente de influência na PEB: o papel dos conservadores e evangélicos, que emergiram como atores internos que pressionavam os governos brasileiros a adotarem uma postura inédita de defesa e alinhamento aos interesses de Israel, denominado sionismo cristão. É nesse contexto que surge o governo Bolsonaro (2019-2022).

Com Temer não atendendo às expectativas da ala evangélica, esse grupo passou a buscar um novo representante para a presidência, que pudesse finalmente implementar os anseios cristão sionistas no Brasil. Bolsonaro foi visto como a opção ideal, pois combinava uma agenda conservadora, passado militar, defesa do cristianismo e uma postura que muitos consideravam semelhante ao do governo Donald Trump (2017-2020) nos EUA (Casarões e Feldberg, 2024).

Wachholz e Reinke (2020) afirmam que o interesse dos evangélicos sionistas da Câmara em Israel se aproxima do sionismo cristão dos EUA, que acredita em noções como a de que Israel é a segunda pátria de todos os cristãos e que nações que apoiarem Israel serão abençoadas. Assim, esses políticos parecem acreditar que a solidariedade a Israel levará ao desenvolvimento econômico brasileiro.

Herrmann (2023) observa, contudo, que a ligação de Bolsonaro a temas como a defesa de Israel e até mesmo pautas cristãs em geral só passou a se manifestar com maior frequência a partir de 2016, próximo ao início de sua campanha presidencial. Antes disso, em seus anos como deputado, Bolsonaro não era considerado próximo à Bancada Evangélica e raramente mencionava assuntos relacionados a Israel, concentrando-se principalmente em questões ligadas às Forças Armadas na Câmara.

Com o anúncio de que Trump havia transferido a embaixada dos EUA de Tel Aviv para Jerusalém (cidade ocupada ilegalmente por Israel desde 1967), reconhecendo a cidade sagrada como a verdadeira capital de Israel, Bolsonaro intensificou seu apoio à causa sionista, defendendo que o Brasil seguisse o exemplo estadunidense. Durante sua campanha, momentos emblemáticos reforçaram essa posição, como seu batismo nas águas do Rio Jordão e a promessa reiterada de que, se eleito, transferiria a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém (Casarões e Feldberg, 2024).

A campanha teve êxito, e, em outubro de 2018, Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil com o voto evangélico desempenhando um papel fundamental para o resultado. Esse grupo representou 11 milhões de votos a mais para Bolsonaro em comparação ao seu adversário, evidenciando a importância do apoio evangélico para consolidar sua vitória (Alves, 2018 *apud* Herrmann, 2023).

Assim, após sua vitória, Bolsonaro reafirmou o compromisso de mover a embaixada brasileira para Jerusalém, além de declarar o objetivo de fechar a embaixada Palestina e passar a defender os interesses de Israel na ONU (Casarões e Feldberg, 2024). Sendo o primeiro presidente brasileiro democraticamente eleito a expressar um discurso evangélico pentecostal (Alves, 2018), sua agenda política ganhou destaque tanto no cenário nacional quanto internacional, reforçando o vínculo entre sua base evangélica e o alinhamento estratégico com o sionismo cristão.

Tais movimentos se evidenciam também com a nomeação de Ernesto Araújo como novo ministro das Relações Exteriores. Em seu discurso de posse, Araújo (2019a) expressou sua admiração por Israel e pelos EUA sem qualquer menção ao Oriente Médio ou à Palestina. Em encontro empresarial de Israel e Brasil, Araújo expôs sua visão:

(...) dessa visita do Presidente Bolsonaro e de parte de sua equipe, acho que já corrigimos muitas décadas de distanciamento entre o Brasil e Israel. (...) Esta visita não é apenas para mostrar ao mundo uma nova amizade entre o Brasil e Israel, mas para iniciar, para colher os frutos dessa amizade (...) Eu também gostaria de dizer que Jerusalém é um símbolo perfeito do que desejamos alcançar. É um símbolo de desenvolvimento, crescimento, tecnologia, criatividade. E, ao mesmo tempo, é um símbolo de que devemos cultivar a dimensão espiritual (Araújo, 2019b).

Portanto, Araújo estava alinhado aos ideais do sionismo cristão e via a aliança com Israel como uma forma de desenvolver o Brasil. Amado (2022) argumenta que Araújo desempenhou o papel de executor de uma política de alinhamento automático e pleno aos Estados Unidos sob a administração Trump, em que as decisões do presidente estadunidense foram vistas como guia para a formulação da política externa brasileira.

Esse alinhamento trouxe mudanças significativas na postura do Brasil em temas relacionados ao Oriente Médio, distanciando-se de uma tradição diplomática que, como visto, baseou-se por décadas numa inserção de neutralidade e equidistância. Assim, pode

se dizer que, ao menos no direcionamento ideológico, houve uma ruptura na PEB do governo Bolsonaro.

Essa postura, entretanto, traz consigo alguns dilemas para a política externa brasileira. O primeiro deles é a possível erosão dos princípios que historicamente guiaram a diplomacia brasileira, como o respeito à autodeterminação dos povos, o respeito ao direito internacional e a busca pela solução pacífica de conflitos (Calandrin, 2023). O Brasil, que chegou a se posicionar como mediador e promotor de paz no cenário internacional, corre o risco de comprometer esse papel ao priorizar alianças ideológicas, em especial o alinhamento automático aos Estados Unidos e Israel.

Um segundo ponto é a relação brasileira com os países do Oriente Médio. Como foi possível observar neste trabalho, o Brasil construiu durante décadas uma relação amistosa e benéfica com os países médio-orientais, o que contribuiu para um significativo crescimento no comércio entre as regiões. Em 2001, 2,34% das exportações brasileiras tinham como destino os países da região; já em 2017, esse número cresceu para 5,36%, demonstrando o aumento da importância do Oriente Médio no comércio exterior brasileiro (Vigevani e Calandrin, 2019). Esse incremento reflete a relevância estratégica da região, tanto do ponto de vista econômico quanto político.

Em vista disso, entende-se que prejudicar essas transações poderia gerar grandes prejuízos ao Brasil e aos produtores brasileiros, com possíveis impactos negativos na economia, como desaceleração econômica ou até crises. No entanto, em meio ao conflito palestino/árabe-israelense, a defesa dos interesses de Israel por parte do governo brasileiro poderia resultar em boicote aos produtos brasileiros por parte dos países do Oriente Médio, o que ampliaria os riscos econômicos envolvidos nessa postura.

Sua promessa de campanha de mover a embaixada brasileira para Jerusalém, especialmente, se concretizada, poderia acarretar diversas consequências para o sistema internacional. Como maior potência da América Latina, caso o Brasil movesse a embaixada, outros países da região poderiam seguir o exemplo e desencadear uma onda de apoio a Israel e a Netanyahu, (Casarões e Feldberg, 2024) o que poderia ser interpretado como um apoio implícito ao regime sionista e à colonização dos territórios palestinos. Portanto, pode-se dizer que esta medida traria benefícios para Israel, mas, ao mesmo

tempo, poderia representar riscos diplomáticos e econômicos ao Brasil, especialmente em suas relações com países árabes.

Herrmann (2023) aponta que a viagem que Bolsonaro fez a Israel no seu segundo mês de mandato seria o momento propício para o presidente iniciar o processo de mudança da embaixada. Entretanto, em vez de mover a embaixada brasileira para Jerusalém, Bolsonaro anunciou a criação de um escritório comercial na cidade, sem caráter diplomático, decisão que foi mal recebida por sua base evangélica.

Em entrevista a Silas Malafaia, quando Malafaia lhe perguntou sobre a decisão, o então presidente justificou “ (...) Você vai deixar de comprar do Brasil por uma questão dessa vai comprar de outro país, vai aumentar o preço pro lado de lá...” (Entrevista, 2020 *apud* Herrmann, 2023). Ou seja, Bolsonaro reconhecia as implicações econômicas da decisão.

Por conta disso, durante seu mandato, Bolsonaro não conseguiu cumprir a promessa de mover a embaixada brasileira para Jerusalém. Casarões e Feldberg (2024) explicam que houve uma imensa pressão por parte do agronegócio brasileiro para que tal medida não fosse concretizada, pois o setor temia retaliações dos países árabes. Afinal, o Brasil é o maior exportador de carne halal do mundo, que atende a todos os requisitos do abate halal¹ (Ministério da Agricultura e Pecuária, 2024).

Em 2022, o valor das exportações brasileiras para o Oriente Médio ultrapassou US\$17 bilhões, correspondendo a 5,1% das exportações totais do país naquele ano e apresentando uma variação positiva de 42% em relação ao ano anterior (Ministério da Economia, 2024). Esses valores evidenciam a importância econômica e estratégica da região para o mercado brasileiro de commodities. Ou seja, manter relações diplomáticas e comerciais estáveis com esses países é essencial para os setores exportadores, o que inclui o agronegócio.

Por fim, é importante mencionar que, ao longo de seu mandato, Bolsonaro enfrentou um isolamento político no cenário global. Seus dois maiores parceiros, Trump e Netanyahu, foram derrotados nas eleições de 2020 e 2021, respectivamente.

¹ Carne halal é aquela que é produzida e processada de acordo com as leis islâmicas.

Consequentemente, a relevância da questão da embaixada diminuiu tanto para os EUA quanto para Israel (Casarões e Feldberg, 2024).

Neste capítulo foi possível se observar que no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), as relações entre Brasil e Israel foram caracterizadas por uma maior proximidade e cooperação em diversas áreas. Segundo Herrmann (2023), o governo demonstrou um alinhamento político e ideológico com Israel, destacando laços históricos e valores compartilhados entre os dois países. Isso se refletiu em visitas de alto nível e declarações de apoio mútuo entre os líderes. Uma das medidas mais simbólicas desse governo foi a promessa de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém. Essa ação, embora geradora de controvérsias, reforçou a aproximação entre os dois países, mesmo diante das pressões do agronegócio que impediram sua concretização.

Este movimento representou uma mudança significativa na Política Externa Brasileira (PEB). Historicamente, o Brasil adotou uma postura de equidistância em relação aos conflitos entre palestinos e israelenses, defendendo a solução de dois Estados. A tentativa de mudança da embaixada, portanto, foi inédita, desafiando essa tradição diplomática. Isso não apenas alterou a dinâmica das relações do Brasil com Israel, mas também impactou sua relação com os países árabes, que historicamente foram parceiros comerciais importantes.

4 CONCLUSÕES

A política externa de um país é um componente essencial para o entendimento das relações internacionais, visto que boa parte da projeção internacional de uma nação e de seu relacionamento com outros países decorre das ações por ela determinadas. No caso do Brasil, a política externa historicamente tem sido utilizada como uma ferramenta para obter insumos e recursos necessários ao desenvolvimento interno. Dessa forma, o país adotou diferentes estratégias ao longo do tempo, desde o fortalecimento de relações bilaterais com grandes potências até a cooperação Sul-Sul e o multilateralismo.

Quando se trata das relações do Brasil com o Oriente Médio, é fundamental considerar as nuances envolvidas. O regime sionista israelense enfrenta a resistência do povo palestino que luta pela descolonização de seus territórios, ao mesmo tempo em que esta resistência recebe apoio de alguns países da região, a exemplo do Líbano, da Síria e do Irã. Este contexto exige cautela na formulação da política externa brasileira. A escolha de alinhar-se a um dos lados pode prejudicar as relações com o outro. Embora Israel seja um país pequeno, representa os interesses da maior potência militar do mundo, os Estados Unidos, o que torna essa relação particularmente sensível, especialmente para um país latino-americano.

Quanto aos países do Oriente Médio, vimos que eles representam atualmente uma parte significativa do destino das exportações brasileiras e, na década de 1970, foram importantes fornecedores de combustível da matriz energética para o Brasil. Por conta disso, os formadores de política externa reconheceram a necessidade de adotar uma postura equidistante e pragmática em relação ao conflito palestino/árabe-israelense, permitindo ao Brasil atuar como mediador e promotor da paz em determinados momentos.

Ainda que não tenha gerado grandes impactos na área econômica, foi possível observar uma ruptura na tradição da Política Externa Brasileira (PEB) em relação a Israel e ao Oriente Médio no campo ideológico durante o governo Bolsonaro. Como discutido, o Brasil nunca havia se aproximado de forma tão clara de um dos lados, no caso, Israel. Apesar desse movimento sem precedentes, há pouca justificativa estratégica para tal aproximação, especialmente considerando os potenciais impactos negativos nas relações com outros parceiros importantes na região.

A justificativa para essa mudança também é de natureza ideológica, marcada pela influência de um movimento evangélico cristão que adotou o discurso do sionismo cristão, importado dos Estados Unidos. Esse movimento prega a solidariedade incondicional ao Estado de Israel e o apoio ao regime sionista, ao mesmo tempo em que nega a legitimidade da luta do povo palestino pela descolonização e desocupação de seus territórios. Segundo essa visão, nações que apoiam Israel serão recompensadas com prosperidade e desenvolvimento, crença que foi promovida no Brasil durante o governo Bolsonaro.

Entretanto, o Brasil, por ser um país emergente e depender das exportação de *commodities* para o Oriente Médio, necessitou que o fator econômico se sobrepusesse ao fator ideológico e Bolsonaro não foi capaz de mudar a embaixada para Jerusalém (cidade ocupada ilegalmente desde 1967), devido principalmente ao agronegócio, que também era forte apoiador do governo bolsonarista. Isso evidencia o pragmatismo que ainda está presente na formulação da política externa brasileira, mesmo num governo fortemente influenciado por fatores ideológicos.

Com a chegada do novo governo Lula, houve um resgate do multilateralismo, reduzindo a ênfase no sionismo cristão que dominou o governo Bolsonaro. Contudo, a influência dos grupos evangélicos sionistas ainda é significativa no Brasil, tanto nas bases eleitorais quanto na representação no Congresso. Ainda que a proposta de transferência da embaixada para Jerusalém tenha sido descartada, principalmente devido à pressão do agronegócio, a presença desses grupos indica que seu impacto nas relações exteriores do Brasil com o Oriente Médio e outros atores internacionais não deve ser subestimado. Isso destaca a necessidade de estudos contínuos sobre as implicações dessas alianças e o potencial efeito a longo prazo nas políticas de diplomacia e economia do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro**. 2018. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 22 out. 2024.
- AMADO, G. **Sem máscara**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. E-book.
- AMORIM, C. **Política externa, democracia, desenvolvimento: gestão do Ministro Celso Amorim no Itamaraty**. Brasília: FUNAG, 1994.
- AMORIM, C. **Conversas com Jovens Diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.
- AMORIM, C. **Brasil, um país provedor de paz: conferência do Ministro de Estado da Defesa no Instituto Rio Branco**. Brasília, 20 set. 2013. Discurso. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/setembro/irba_brasila_provedora_paza_20setembro2013.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.
- ARAÚJO, E. **Discurso de Posse – Ministro das Relações Exteriores**. 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>. Acesso em: 21 out. 2024.
- ARAÚJO, E. **Discurso do Ministro Ernesto Araújo por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Israel**. 2 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discursos-do-ministro-ernesto-araujo-por-ocasio-do-encontro-empresarial-brasil-israel>. Acesso em: 21 out. 2024.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.
- BRASIL. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Número 107, 2º semestre de 2010. Ano 37. ISSN 0101-2428.
- CALANDRIN, K. S. Da equidistância ao alinhamento: o posicionamento brasileiro no conflito Israel-Palestina. **CEBRI Revista** Ano 3, Número 10 (Abr-Jun), p. 63-83, 2024.
- CARACIKI, L. **A aposta antissionista: a equação do sionismo como racismo na resolução 3379 da Assembléia Geral das Nações Unidas (1975)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Instituto de História, 2013.
- CASARÕES, G.; VIGEVANI, T. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 150-188, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-43692014000200009>.

CASARÕES, G.; FELDBERG, S. Israel and Brazil. In: PETERS, Joel; PINFOLD, Rob Geist (Eds.). **Routledge Handbook on Israel's Foreign Relations**. 1. ed. Abingdon: Routledge, 2024. p. 376-386.

GLICK, E. B. Latin America and the Palestine Partition Resolution. **Journal Of Inter-American Studies**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 211-222, abr. 1959. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/165028>.

GUIMARÃES, F. S.; MONGELLI, L. O discurso da política externa brasileira para o Oriente Médio no sistema multilateral da ONU (1995-2016). In: **BRASIL e Oriente Médio: o poder da sociedade civil**. São Paulo: IRI-USP, 2018. p. 113-132.

LAMPREIA, L. P. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Ministério da Agricultura e Pecuária destaca vocação brasileira na exportação de carne de frango**. Publicado em 13/05/2024, 15h49. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/ministerio-da-agricultura-e-pecuaria-destaca-vocacao-brasileira-na-exportacao-de-carne-de-frango>. Acesso em: 23 out. 2024.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Secretaria de Comércio Exterior. Dados consolidados da balança comercial**. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html#pa%C3%A9s. Acesso em: 13 nov. 2024.

OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

RAPOPORT, M.; LAUFER, R. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 43, n. 1, p. 69-98, jun. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292000000100004>.

SANTANA, C. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 49, n. 2, p. 157-177, 2006.

SANTOS, N. B. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós(?) -sionismo. In: SANTOS, Norma Breda dos. **Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades**. Brasília: Editora UnB, 2000. p. 19 - 70.

SANTOS, N. B. As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): equidistância, pragmatismo e realismo. **Cena Internacional**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 5-22, 2003.

SANTOS, N. B. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História (São Paulo)**, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 189-216, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920140002000010>.

SIZER, S. **Christian Zionism: Road-map to Armageddon?** Downers Grove, Illinois, EUA: InterVarsity Press, 2004.

VIGEVANI, T.; CALANDRIN, K. S. Brazil's policy toward Israel and Palestine in Dilma Rousseff and Michel Temer's administrations: have there been any shifts? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 62, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201900109>.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, 2007, p. 273-335.

WACHHOLZ, W.; REINKE, A. D. “Pela paz de Jerusalém”: A origem do sionismo cristão, sua influência na igreja protestante brasileira e sua atuação no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano XIII, n. 37, p. 253-273, Maio/Agosto de 2020. ISSN 1983-2850. <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i37.51190>.